

MERCADO DE TRABALHO: EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS*

Alessandro Ferreira dos Passos**

Graziela Ansiliero**

Luis Henrique Paiva**

Em que pesem as previsões positivas quanto ao desempenho da economia brasileira, que apontam para uma recuperação paulatina no nível de atividade econômica, debates que ocorreram no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 externaram a preocupação de que o crescimento do produto não seria acompanhado de uma geração proporcional de empregos no mercado de trabalho formal (com carteira de trabalho).

Tal temor guarda estreita relação com duas teses sobre o mercado de trabalho brasileiro que se tornaram predominantes durante a década de 1990 no Brasil. A primeira delas dizia que inaugurávamos uma nova era econômica em que o crescimento do produto teria um impacto cada vez menor no mercado de trabalho — e isso por conta dos crescentes ganhos de produtividade dados pela utilização de novas tecnologias. Em outras palavras, daquele período em diante, crescimento econômico significaria cada vez menos emprego [Figueiredo e Lamounier (2002, Cap. 3)]. Tal diagnóstico fazia coro a trabalhos como o de Rifkin (1997) sobre os efeitos da tecnologia na criação de um desemprego estrutural. Por sua vez, a segunda tese sustentava que estaríamos vivendo, ao longo dos anos 1990, uma crise de formalização do emprego — com crescimento praticamente constante da participação daqueles postos de trabalho considerados “informais” ou desprotegidos (notadamente os sem carteira assinada e os por conta própria) [Arbache (2003), Cardoso Jr. (2000), Fligenspan (2003) e Neri (2003)]. Poder-se-ia afirmar, de maneira “categórica”, segundo esses autores, “o avanço da informalidade no mercado de trabalho brasileiro” [Fligenspan (2003)].

Os dados utilizados em diversos estudos relativos à década de 1990 pareciam corroborar as teses apresentadas. Tais estudos indicavam que “o Brasil acompanhava as tendências mundiais”, experimentando tanto a precarização do seu mercado quanto um enfraquecimento da relação entre crescimento econômico e geração de empregos [Ramos (2003)].

Vale verificar, no entanto, se, e em que medida, tais teses têm de fato fundamento e, principalmente, avaliar se essas idéias ainda retratam a realidade do mercado de trabalho ou se estiveram vinculadas a fatores conjunturais observados na década passada, marcada pelo início do processo de abertura comercial e pela valorização cambial que vigorou durante parte importante do período. Em outras palavras, ainda que tais teses sejam consistentes para a década de 1990, deve-se avaliar se as mesmas permanecem válidas para o momento atual.

Tal avaliação será realizada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), cobrindo um período que vai do início da década de 1990 até o início dos anos 2000.

* Os autores agradecem a Maria das Graças Parente Pinto e Carlos Alberto Ramos pelas críticas e comentários a uma versão anterior do artigo.

** Membros da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em atuação como coordenadores da Secretaria de Previdência Social/MPS.

Como se sabe, a Rais é um registro administrativo mantido pelo MTE que fornece um retrato do mercado de trabalho formal brasileiro na data de sua declaração (31 de dezembro de cada ano-base). A alta cobertura desse registro indica sua utilização para os casos em que se quer investigar a dinâmica de mais longo prazo do mercado de trabalho formal.

Por sua vez, as avaliações sobre o avanço da informalidade — que sustentaram, em grande medida, a segunda tese — em geral se basearam na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). A utilização da PME assenta-se em um suposto — nem sempre explicitado — de que o que ocorre no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras — área coberta pela pesquisa — reflete o que ocorre em todo o país. Alguns trabalhos, entretanto, demonstram claramente que esse suposto é questionável e que o comportamento do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas e no Brasil não-metropolitano é bastante diferente [Paiva (2004) e Ramos e Ferreira (2004)]. Para que não corramos o risco de viés na análise, preferimos lançar mão dos dados da PNAD, que refletem o mercado de trabalho de todo o país (com exceção da área rural da região Norte), apesar das “falhas” da pesquisa em 1994 e 2000, anos em que a PNAD não foi a campo.

Assim, o artigo apresenta duas análises distintas:

Na primeira, destacam-se as elasticidades emprego formal-produto, calculadas com base nos dados da Rais para o período que vai de 1990 a 2002, dividido em três períodos: 1990-1993, 1995-1999 e 2000-2002.¹

Na segunda análise, faz-se um acompanhamento da participação de postos de trabalho formais *versus* informais no mercado de trabalho brasileiro ao longo do período 1992-2003, segundo os dados da PNAD, para verificar se é possível falar em um processo de “crescente informalização” do mercado de trabalho brasileiro.

COMPORTAMENTO DO PIB E EMPREGO FORMAL NO BRASIL

Os períodos de análise aqui estabelecidos (1990-1993, 1995-1999 e 2000-2002) obedeceram tanto a critérios metodológicos quanto históricos. Pode-se dizer que, historicamente, o primeiro período corresponde ao início do processo de abertura econômica; o segundo, à intensificação do processo de abertura econômica e estabilização da economia, com base nas âncoras cambial e monetária; o terceiro, finalmente, à mudança cambial (ocorrida no início de 1999) e às transformações macroeconômicas dela decorrentes. Por outro lado, há uma descontinuidade metodológica na Rais entre os anos de 1994-1995, que dificulta qualquer comparação entre os dados desses anos e impõe uma análise desagregada, do ponto de vista temporal.

O trabalho de Neves *et alii* (2000), que cobriu os dois primeiros períodos e fez a análise das elasticidades emprego formal-produto com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE), apresentou a década de 1990 como um período de extrema “racionalização” do emprego, no qual, para a grande maioria dos setores,

1. A “elasticidade” emprego formal-produto é uma medida da relação entre a variação do emprego formal e a variação do produto — e é calculada pela divisão da variação percentual do emprego pela variação percentual do produto. Em outras palavras, trata-se de uma medida da sensibilidade do emprego formal às variações do PIB. Elasticidades maiores que 1 indicam uma variação percentual do emprego maior do que a variação percentual no produto, e elasticidades maiores que 0 e menores que 1, variações percentuais no emprego menores que as variações percentuais no produto. Elasticidades negativas indicam ou que o emprego cresceu e o produto declinou (menos provável), ou que o emprego caiu e o produto cresceu (mais provável).

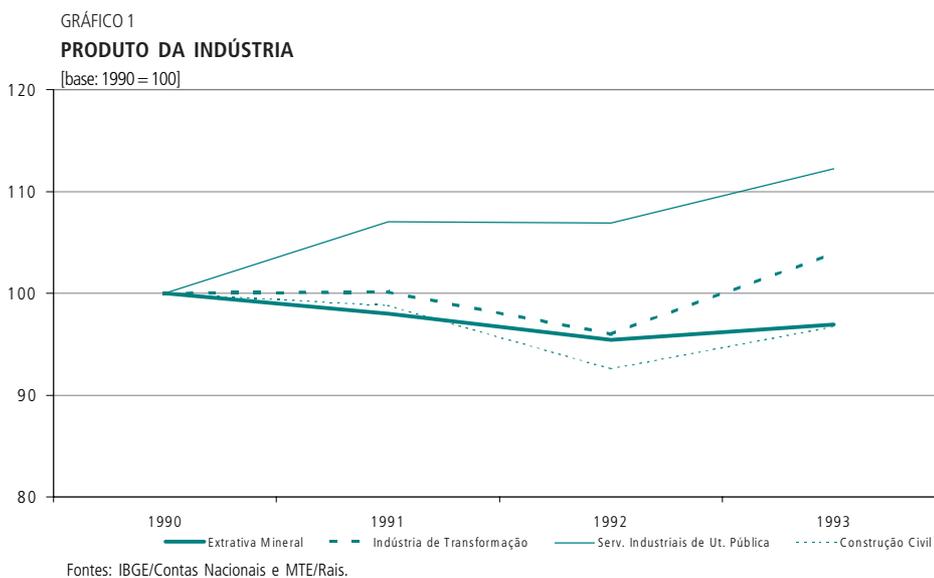
teria havido uma variação positiva do produto, acompanhada de queda no emprego formal. No segundo período (1994-1999), teria havido, inclusive, uma acentuação da tendência de racionalização.

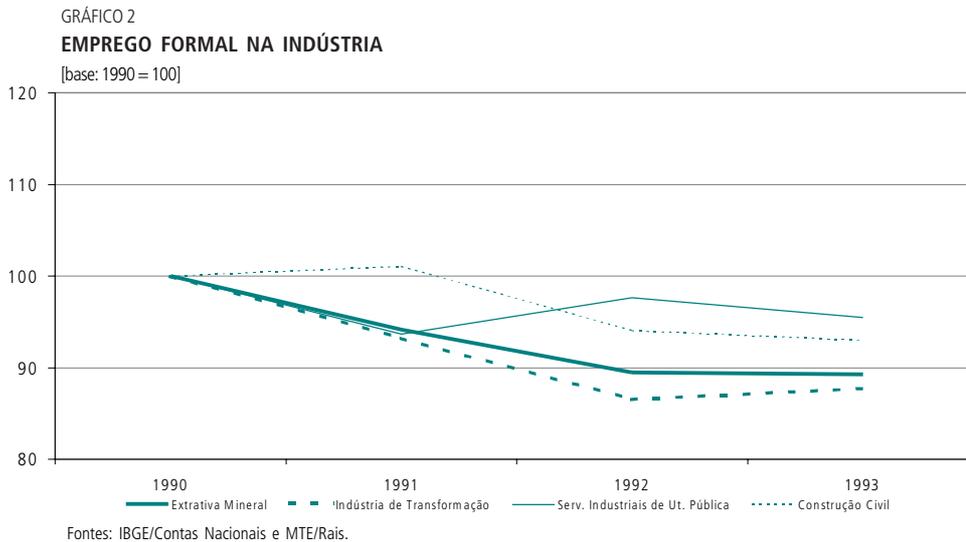
Entretanto, em certos subsectores da indústria de transformação recuperou-se, segundo os autores, “alguma capacidade de geração de postos de trabalho formais”, “recuperação (...) muito relacionada ao desempenho [desses subsectores] em 1999” [Neves *et alii* (2000, p. 142)], ano em que a moeda brasileira foi fortemente desvalorizada. Embora não tenha sido objeto do trabalho mencionado, os autores sugerem que “as mudanças cambiais ocorridas no início de 1999 concorreram para proteger subsectores específicos da economia intensivos em mão-de-obra”, que até então estavam excessivamente expostos à competição internacional.

A suspeita de que a mudança cambial de janeiro de 1999 poderia mudar o quadro encontrado especialmente no segundo período (1994-1999) é corroborada pelos dados levantados por Ramos (2003). Segundo o autor, após a mudança do regime cambial no início de 1999, o emprego formal “reagiu de maneira inesperada”, apesar da crise energética de 2001, das conseqüências para a economia mundial do atentado de 11 de setembro, da crise na Argentina etc.

O artigo de Soares *et alii* (2001), por sua vez, ressalta que “a abertura comercial proporcionou duas fontes de perdas de emprego, uma não muito grande e reversível em função da concorrência direta, e outra maior e não-reversível, em função dos aumentos da produtividade”. Os autores sustentam, portanto, que a queda no nível de emprego, em particular na indústria, foi efeito da valorização cambial — que acirrou a concorrência com as importações — e, principalmente, do aumento da produtividade. Sendo assim, seria natural que a desvalorização cambial de 1999 permitisse que ao menos parte da capacidade de geração de empregos fosse recuperada.

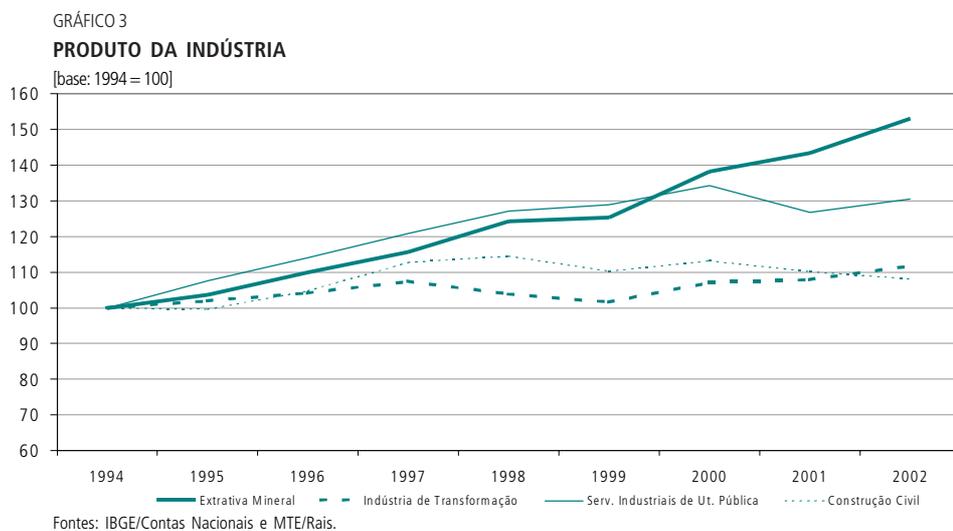
Os dados disponíveis para a indústria (extrativa mineral, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil) fundamentalmente corroboram as análises precedentes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam o comportamento do produto e do emprego formal nesses setores para os primeiros três anos da década de 1990. Há um claro descolamento entre a variação do produto e do emprego, exceto no que diz respeito ao setor de construção civil, que parece indicar a existência de um processo de racionalização.

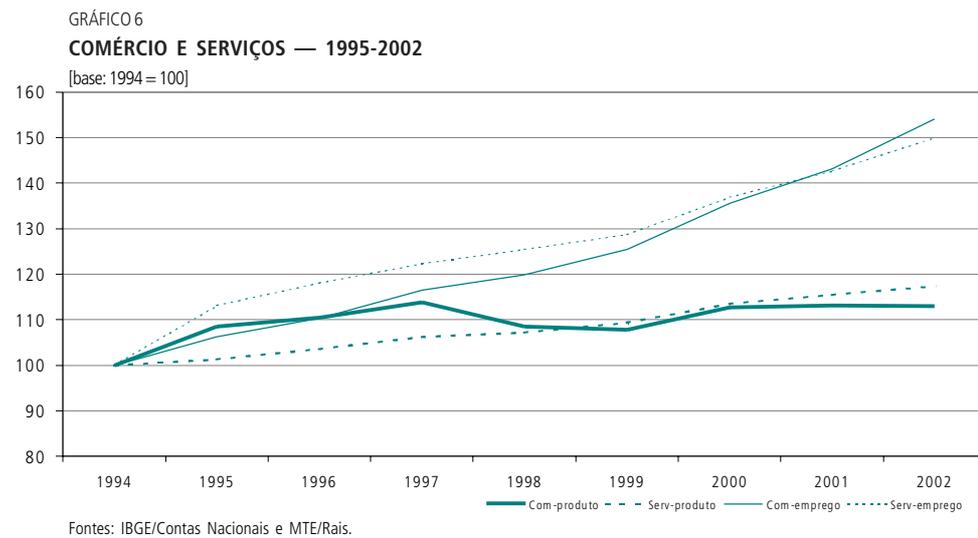
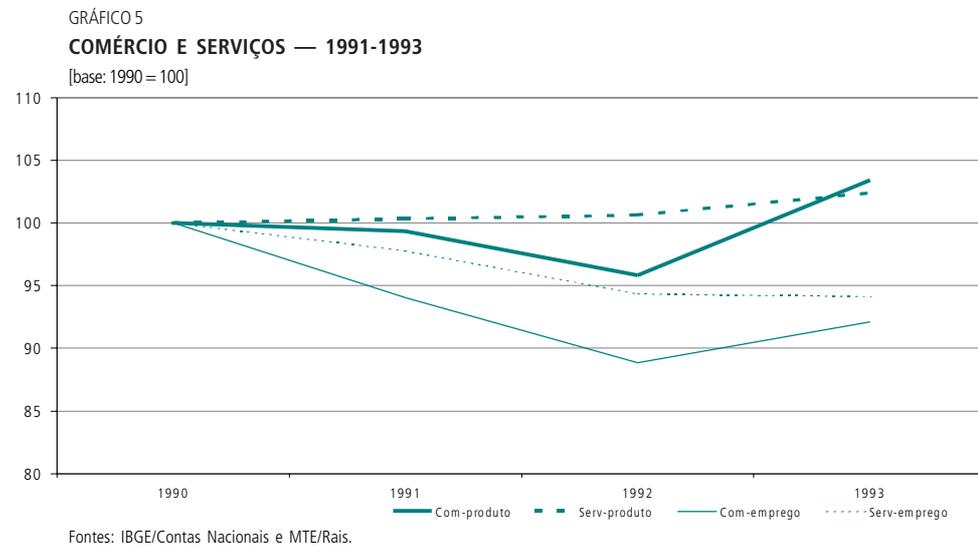
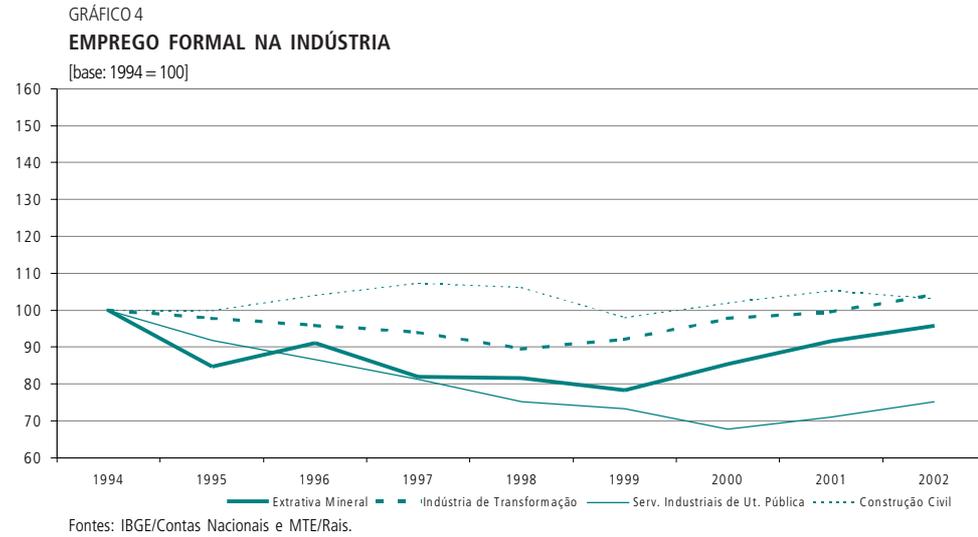




Em termos gerais, tal tendência se mantém até o período 1999-2000, com o aumento do produto relativamente dissociado da variação no emprego. Os anos de 1999 e 2000 mostram uma mudança nesse quadro, ao menos no que diz respeito à variação do emprego formal. Com efeito, exceção feita à construção civil, os demais setores da indústria mostram reação a partir desse período, inclusive o de serviços industriais de utilidade pública que, afetado pelo processo de privatização ocorrido ao longo dos anos 1990, mostrou forte redução no emprego formal até o ano 2000, não obstante o bom comportamento do produto (Gráficos 3 e 4).

Comércio e serviços apresentam tendência algo parecida para os mesmos períodos (1991-1993 e 1995-2002). No primeiro, as variações no emprego formal são substantivamente inferiores às variações do produto, enquanto no segundo, especialmente quando se aproxima o final da década de 1990, o emprego formal reage fortemente. Deve-se destacar, entretanto, que, ao contrário do que ocorre na indústria, a reação no setor de comércio e serviços é anterior à mudança cambial de 1999, indicando que a desvalorização da moeda ocorrida no início desse ano não teve, para esses setores, o mesmo impacto que teve para os setores da indústria (Gráficos 5 e 6).



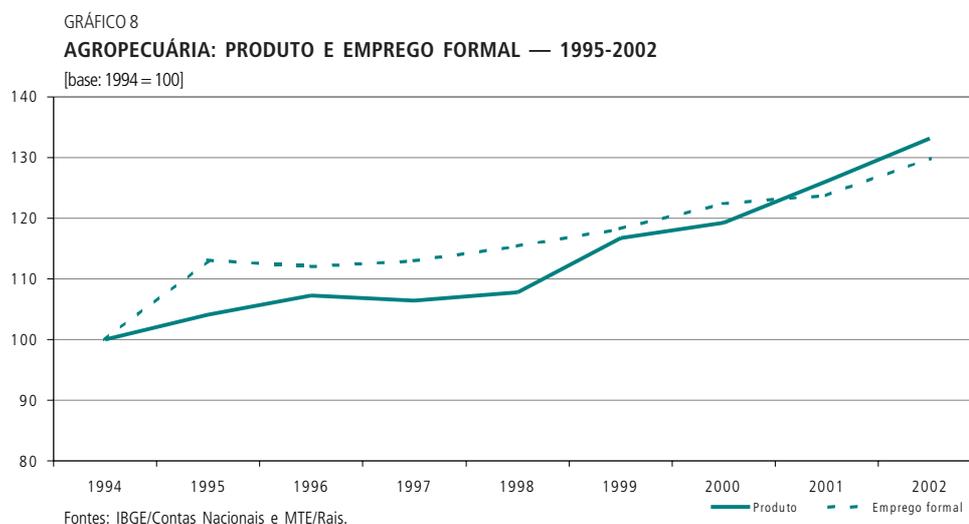
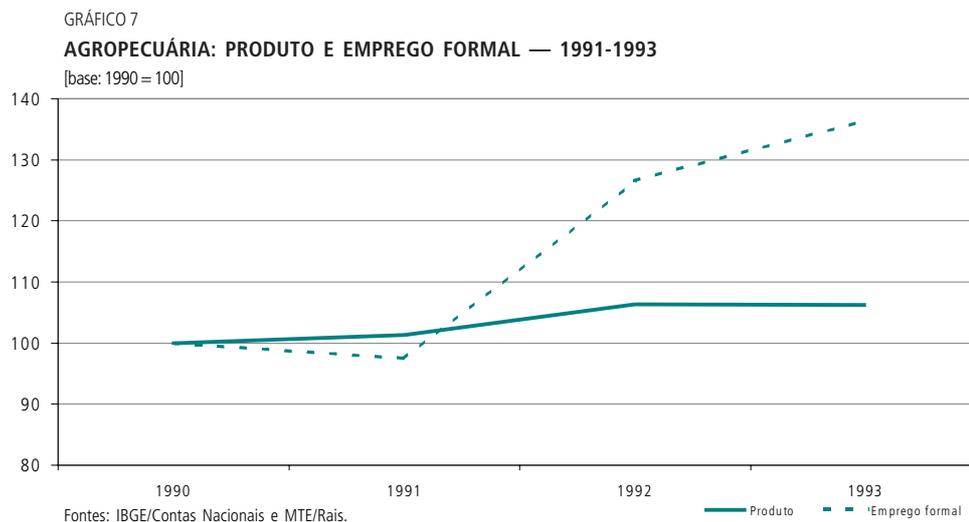


Dos setores aqui examinados, a agricultura é o que apresenta o mais distinto dos cenários. De fato, trata-se do único setor em que o primeiro período (1991-1993) é o melhor em termos de geração de postos de trabalho. Como pode ser notado no Gráfico 7, o empre-

go formal acumula aumento de aproximadamente 36% ao fim do período, enquanto o produto avança pouco mais de 6%. No Gráfico 8, as curvas de emprego e produto comportam-se de maneira mais próxima. Destaque-se, entretanto, que, justamente no último período (2000-2002), a curva do produto supera a do emprego formal, indicando que cai a sensibilidade do emprego formal nesse período.

Os dados das elasticidades corroboram a análise até aqui feita. Para a indústria, os dois primeiros períodos são críticos. Especialmente no caso da indústria de transformação, que chega a registrar elasticidades de $-3,09$ e $-4,96$ no primeiro (1991-1993) e segundo (1995-1999) períodos, respectivamente. Note-se que, no caso da extrativa mineral e da construção civil, os dados positivos para o primeiro período não devem conduzir o leitor ao erro: na verdade, ocorre uma variação negativa tanto do produto quanto do emprego formal — o que resulta, no cálculo das elasticidades, em um resultado positivo. O fato de as elasticidades dos dois setores, nesse primeiro período, terem sido superiores a 1, demonstra um recuo mais que proporcional do emprego, ante as variações do produto.

Exceção feita à construção civil, os demais setores da indústria revelam uma saudável reação na capacidade de geração de emprego formal no terceiro período, posterior à mudança cambial de 1999. A indústria de transformação, que registrou os piores resultados nos pri-



meios períodos, apresenta elasticidade superior à unidade (1,31), indicando boa sensibilidade do emprego em relação às variações do produto.

Os dados de comércio e serviços mostram que a reação, nesses setores, veio antes do terceiro período, como anteriormente apontado, e persistem no último período. Dessa maneira, o resultado ruim do primeiro período parece ser muito mais resultado da difícil situação econômica e política (marcado pela edição dos Planos Collor I e II e pelo processo de *impeachment* do Presidente da República) do que efeito da abertura comercial vivida pelo país.

Finalmente, o dado da agricultura não deixa de ser intrigante, especialmente pelo fato de que, exatamente no período em que a economia brasileira passou a contar com maior proteção cambial, o setor mostrou a menor sensibilidade do emprego às variações do produto. Uma possível explicação está no volume de investimentos que vem recebendo a agricultura no último período — parte dos quais associado a políticas bem definidas do governo federal,² que fizeram da agricultura mecanizada o centro dinâmico de produção do setor. Essa hipótese, entretanto, precisaria ser avaliada em um estudo específico.

Excluindo-se o setor agropecuário, podemos, então, sintetizar os principais movimentos analisados: *a)* descolamento da variação do produto daquela verificada para o emprego formal na indústria no período 1990-1999, *exceto no que diz respeito à indústria de construção civil;* e *b)* comportamento similar verificado para comércio e serviços no período 1990-1993, invertido a partir de 1994.

Portanto, as explicações para esses movimentos parecem residir na própria natureza dos momentos econômicos vividos. Com relação ao primeiro período, 1991-1993, combinado ao início do processo de abertura da economia, que só veio a ser deflagrado em 1991, como consequência do lançamento do Plano Collor II, a economia sofreu, já em 1990, com a redução dos meios de pagamento através do bloqueio de cadernetas de poupança e parte dos recursos em contas correntes e o congelamento de preços e salários. Ou seja, não só a

TABELA 1
ELASTICIDADES EMPREGO FORMAL-PRODUTO PARA RAMOS DE ATIVIDADE

Variações	1990-1993	1995-1999	2000-2002
Emprego Total/PIB Total	-1,16	0,73	1,69
Extrativa Mineral	3,48	-0,86	1,01
Indústria de Transformação	-3,09	-4,96	1,31
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-0,37	-0,93	1,83
Construção Civil	2,15	-0,20	-2,65
Comércio	-2,32	3,24	4,84
Serviços	-2,45	3,07	2,26
Agropecuária	5,84	1,09	0,70

Fontes: IBGE/Contas Nacionais e MTE/Rais.

2. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a produção de máquinas agrícolas indicam que, no quadriênio 2000/2003, a produção de máquinas agrícolas teve uma elevação de 65% em relação ao quadriênio anterior (saltando de 115,5 mil máquinas para 190,6 mil), enquanto as vendas internas aumentaram 73%, na comparação dos mesmos períodos (com as vendas passando de 84,9 mil para 147 mil). Parte dos investimentos tem relação direta com programas desenvolvidos pelo governo federal. O exemplo mais vistoso é o Moderfrota, programa iniciado em março de 2000, que hoje desembolsa, por meio do BNDES, valores próximos a R\$ 2 bilhões/ano.

abertura comercial, mas também o choque inevitável sobre o consumo e a incerteza gerada pelo plano certamente inibiram, em alguma medida, investimentos e contratações em praticamente todos os setores da economia, à exceção do setor agropecuário. Quer dizer, aliado ao início de um processo de “racionalização” da produção, decorrente do processo de abertura da economia, sucedeu-se ainda um choque adverso de demanda resultante do Plano Collor.

No segundo período analisado, o instrumento de âncora cambial, então utilizado concomitantemente ao de âncora monetária,³ em um regime híbrido [Barbosa (1996)] foi fundamental para a manutenção da estabilidade de preços ao condicionar o comportamento dos preços dos bens e serviços comercializáveis, que foram submetidos à concorrência internacional. Foi esse instrumento que determinou o crescimento do produto industrial descolado do emprego industrial no período, a despeito do novo cenário de estabilidade econômica — dada a sobrevalorização do câmbio, setores produtores de bens suscetíveis à concorrência externa foram forçados, na medida do possível, a buscar ganhos de produtividade de modo a oferecer preços competitivos com os dos similares importados. Dessa forma, o único setor industrial alheio a esse processo, no nível de desagregação analisado, foi o de construção civil, justamente aquele produtor de um bem que não sofre concorrência externa direta.

Já os setores de comércio e serviços experimentaram uma inversão de rumo. Com efeito, a estabilidade econômica, a derrubada do imposto inflacionário e dos juros nominais permitiram um *boom* de demanda, resultante inclusive da expansão de diversos mercados consumidores (por exemplo, de eletrodomésticos), decorrente da entrada de segmentos da população de menor renda, que até então lhe eram alheios.

No terceiro período, a troca do mecanismo de bandas cambiais móveis pelo de câmbio flexível com metas de inflação promoveu uma desvalorização do câmbio que, obviamente, aliviou aqueles setores industriais submetidos à concorrência externa e encareceu os bens de capital importados, resultando em uma inversão de rota, expandindo a elasticidade do emprego ante variações do produto desses setores.

Por fim, no que se refere à aparente demora na recuperação do emprego do setor de serviços industriais de utilidade pública, há uma incógnita. Isso porque o comportamento do emprego nesse setor, apesar de coincidir com o dos demais segmentos industriais, provavelmente está muito mais vinculado ao processo de privatização das estatais de energia e telecomunicações do que às restrições cambiais do período analisado, que, a princípio, lhe seriam alheias.

Portanto, as referências e os dados utilizados parecem apontar na mesma direção: embora a economia brasileira tenha passado por um período de forte racionalização do emprego formal, especialmente nos setores industriais no segundo dos períodos aqui analisados, não se deve tomar esse fato como uma tendência estrutural ou de longo prazo. Ao contrário,

3. O Brasil adotou um regime híbrido ao longo do período 1994-1998, utilizando-se concomitantemente das âncoras cambial e monetária. A primeira buscou conter os preços dos bens chamados *tradables* através da delimitação, em um primeiro momento, de um piso para a taxa de câmbio dado pela paridade R\$ 1 = US\$ 1, mecanismo posteriormente substituído pelo de bandas cambiais móveis. A âncora monetária buscou conter a demanda agregada como um todo via manutenção da taxa de juros em níveis elevados, utilizando-se de instrumentos clássicos de política monetária restritiva e da “esterilização” da entrada de capitais externos, via títulos públicos. Vale mencionar que o mecanismo de âncora monetária do Plano Real envolveu inclusive a delimitação de metas de expansão da base monetária, dadas em um primeiro momento pela Medida Provisória 542/1994, que instituiu o real.

o país retomou a capacidade de geração de postos formais — para alguns setores, mesmo antes da mudança cambial de janeiro de 1999.

Vejam, agora, em que medida a segunda hipótese — qual seja, a de que o país estaria enfrentando uma “crescente informalização” do mercado de trabalho — se sustenta.

FORMALIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

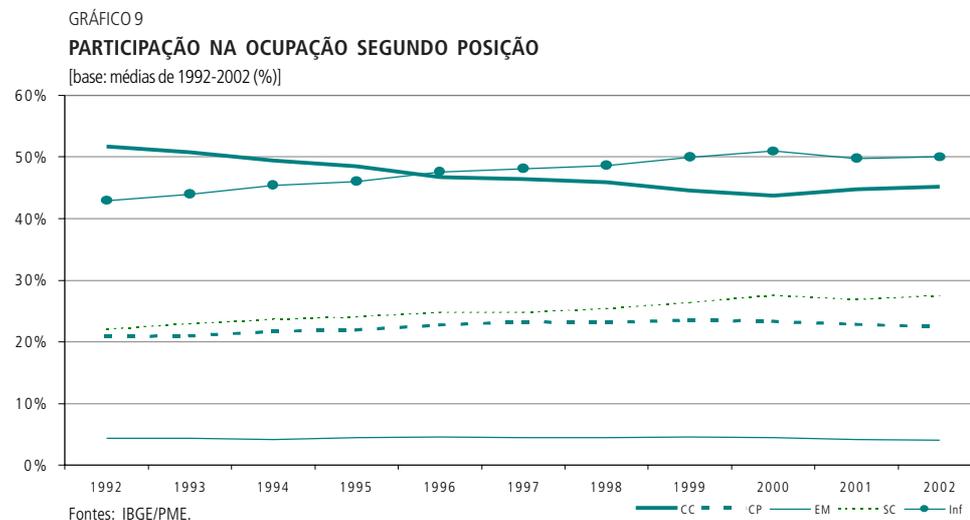
Tornou-se quase lugar-comum em trabalhos e reportagens sobre o mercado de trabalho apontar para a sua “deterioração” ao longo dos anos 1990 — destacando especialmente a crescente participação dos chamados “informais” (na maioria das vezes tomados como trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria) no total dos ocupados.

Tais trabalhos valeram-se, em geral, dos dados da PME que, de fato, registrou uma queda praticamente ininterrupta da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (CC) no total da força de trabalho (ver Gráfico 9) e uma elevação da participação dos sem carteira (SC) e dos trabalhadores por conta própria (CP) — cuja soma, *grosso modo*, representaria os informais (Inf.).

Tal constatação teria implicações claras para a questão previdenciária — como aquelas desenvolvidas por Neri (2003). O argumento do autor é o de que existem evidências sólidas de que os direitos trabalhistas são respeitados mesmo nos casos em que a relação de trabalho não é formalizada — razão pela qual se deve acreditar que o principal motivo pelo qual os empregadores optam pela informalidade é a evasão previdenciária.

Dessa maneira, o autor supõe que a “crescente informalidade” no mercado de trabalho corresponde a um (por ele suposto) trecho descendente da curva de Laffer. Nesse quadro, um sistemático aumento no custo do emprego — por meio da variação das alíquotas de contribuição previdenciária — teria levado a uma queda na sua formalização e, conseqüentemente, à queda da cobertura previdenciária.

Ramos (2002), embora também destaque como característica da década de 1990 o crescimento da informalidade, atribui esse fenômeno fundamentalmente a mudanças ocorridas na estrutura ocupacional metropolitana, com a realocação setorial de parte da força de trabalho do setor industrial — caracterizado por elevado índice de formalização — para o setor de serviços — caracterizado pelo elevado grau de informalidade das relações de trabalho.



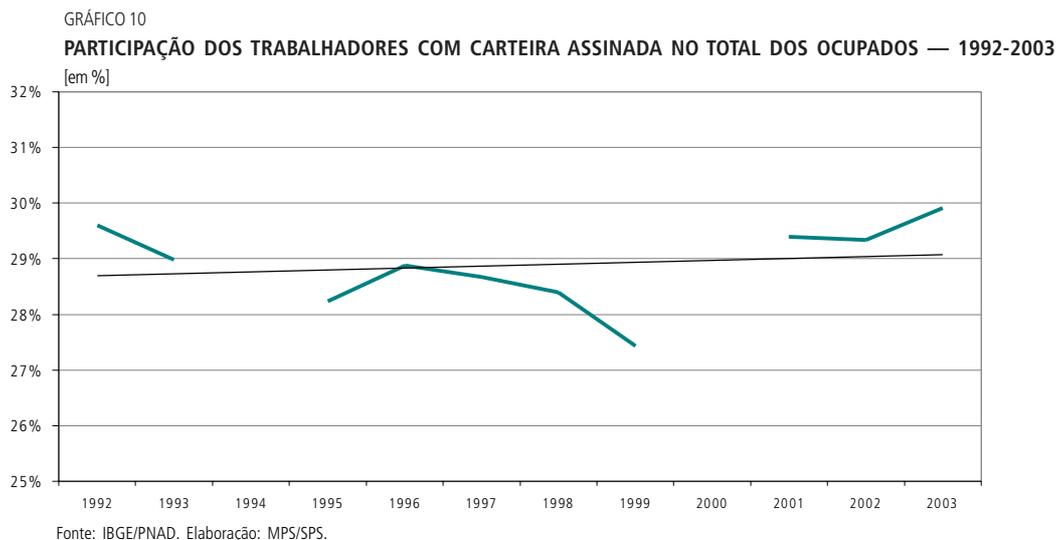
O aumento da informalidade nos anos 1990, portanto, estaria vinculado à redução da participação da indústria no total de empregados — em virtude dos efeitos da abertura comercial e do regime cambial vigente — e ao aumento da participação relativa do setor de serviços — este último movimento explicado em alguma medida pelo processo de terceirização utilizado na própria indústria para redução de sua estrutura.⁴

Muito embora as hipóteses apresentadas sejam interessantes, a maioria das análises que sugerem tal processo de informalização se baseia no suposto de que os dados da PME (que, como se sabe, cobre apenas as seis maiores regiões metropolitanas brasileiras) refletem o que acontece em todo o país.⁵ Para verificar em que medida isso de fato ocorre, pode-se acompanhar o que acontece no mercado de trabalho de todo o país, por meio da PNAD.

Para um balanço do que ocorreu no período 1992-2003, no qual a PNAD guarda consistência metodológica, serão utilizados dois indicadores básicos: participação dos trabalhadores com carteira sobre o total dos ocupados e a participação dos trabalhadores “formais” sobre o total dos ocupados.⁶

Os gráficos seguintes apresentam a evolução *a*) da participação dos trabalhadores com carteira assinada sobre o total dos ocupados (Gráfico 10) e *b*) da participação dos trabalhadores “formais” sobre o total dos ocupados (Gráfico 11).

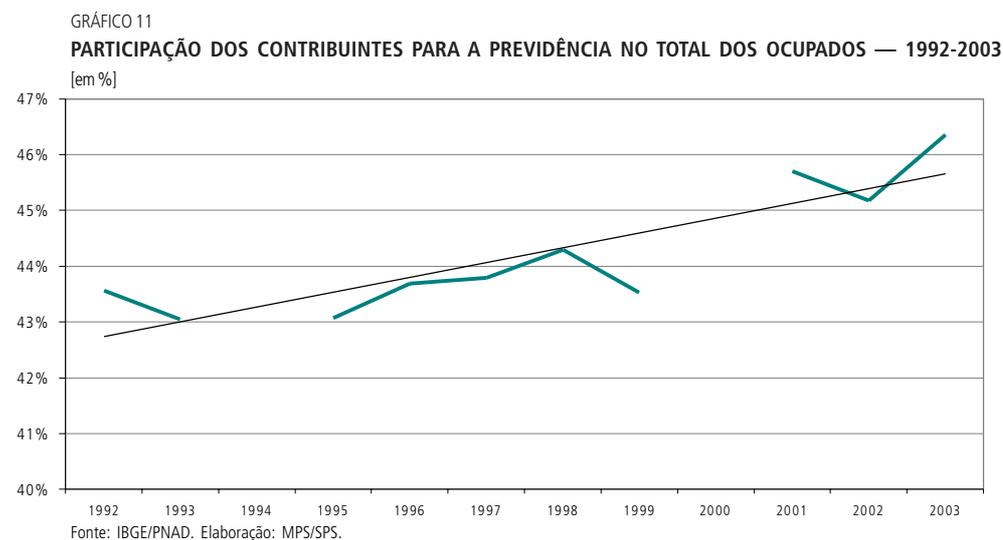
Os dados da PNAD, ao contrário da PME, não apresentam tendência clara de queda de participação dos trabalhadores com carteira assinada no total dos trabalhadores ocupados



4. A redução do número de empregos diretos por meio da terceirização também se tornou prática comum no âmbito da administração pública.

5. Exceção seja feita ao artigo de Cardoso Jr. e Fernandes (2003) que, com base nas PNADs disponíveis de 1981 a 1999, afirma que o país experimentou a partir do início da década de 1990 uma intensificação do processo de informalização das relações de trabalho, com redução relativa do peso do núcleo estruturado do mercado de trabalho (trabalhadores com carteira, militares e estatutários) e aumento da importância relativa do núcleo pouco estruturado (trabalhadores sem carteira, por conta própria e não-remunerados). Contudo, a análise dos dados apresentados no próprio artigo não sustenta a idéia de aumento da informalidade ao longo dos anos 1990. Quando muito, pode-se inferir que a informalidade permaneceu relativamente constante no período. Por sua vez, a comparação entre o primeiro período (1981-1990) e o segundo (1992-1999), a partir da qual os autores sugerem um forte crescimento da informalidade, é limitada (ou, como sugerem os autores, deve ser feita “com ressalvas”) pelo fato de que a PNAD registra, a partir de 1992, mudanças metodológicas em relação à série anterior.

6. Os “trabalhadores formais” são compostos, além dos trabalhadores com carteira assinada, pelos estatutários e militares, empregadores e trabalhadores domésticos com carteira assinada.



— não obstante a variação, ao longo do período 1992-2003, entre a participação mínima de 27,4% (1999) e máxima de 30,5% (1998). Ao contrário, uma leve tendência de aumento na participação é perceptível no período.

Se formos levar em consideração a variação da participação dos contribuintes para o instituto de previdência social no total de ocupados (uma das possíveis medidas de formalização), percebe-se que, com fortes variações — pode-se dizer “aos trancos e barrancos” —, a taxa de contribuição veio, na verdade, subindo ao longo do período (Gráfico 11).

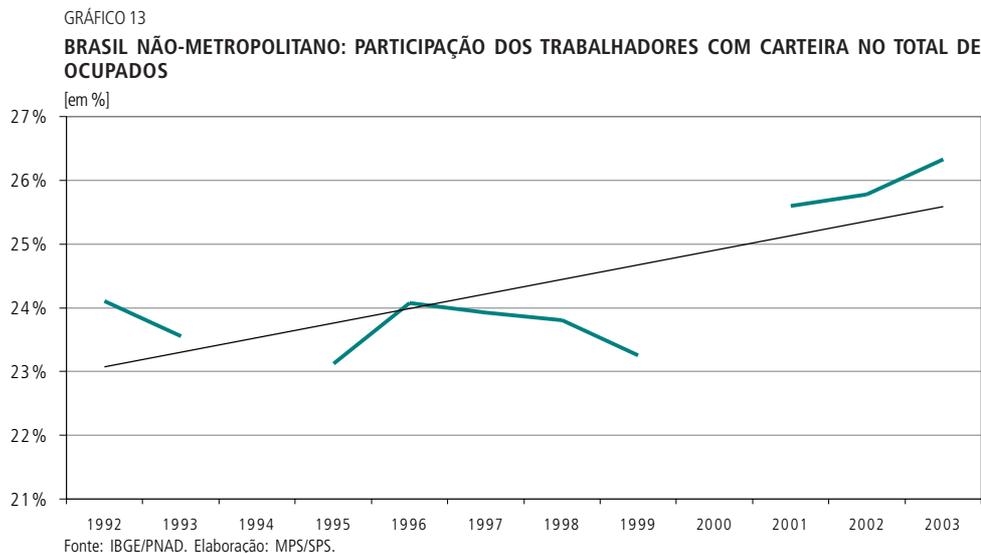
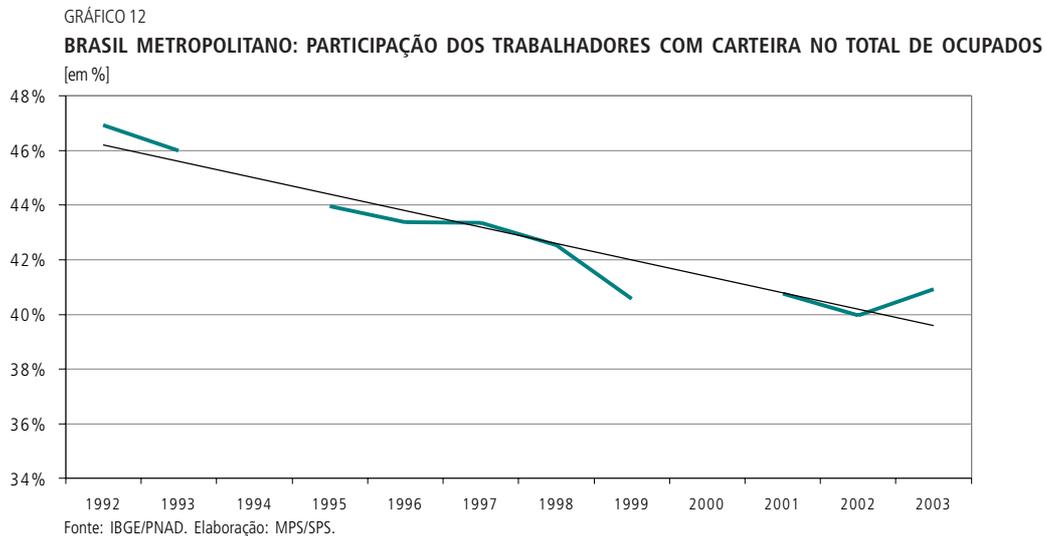
Assim, a hipótese de que estaríamos assistindo a uma queda pronunciada na formalização das relações trabalhistas — seja em virtude do custo previdenciário ou por mudanças na composição setorial do emprego — parece fazer pouco sentido à luz dos dados que fazem referência a todo o país.

Portanto, há um descompasso entre os dados da PME e da PNAD no que diz respeito ao que ocorreu com a formalização no mercado de trabalho no período 1992-2003. Enquanto a primeira é utilizada por aqueles que apontam para uma “crescente deterioração” das relações de trabalho no período, a segunda apresenta resultados que limitam — ou mesmo contradizem — as hipóteses que se pode elaborar a partir dos dados da primeira, com relação a esse aspecto.⁷

Assim, se não se pode falar em “crescente informalização”, em todo o país, deve-se considerar a hipótese de que a PME vem retratando um fenômeno tipicamente metropolitano — que provavelmente guarda mais relação com a pressão competitiva que as empresas sofreram, decorrente da abertura econômica nos anos 1990 (que foi analisada na seção anterior) do que com as variações das alíquotas previdenciárias. Em outras palavras, provavelmente o mau resultado das regiões metropolitanas se deve à migração de empresas para regiões do país que permitem a recuperação de sua competitividade [Carvalho *et alii* (2003) e Ramos e Ferreira (2004)]. Os efeitos de tal migração sobre o mercado de trabalho das regiões que receberam as empresas poderiam ter compensado os maus resultados metropolitanos, razão pela qual os resultados ruins não são encontrados na PNAD.

7. Cabe mencionar que as duas pesquisas concordam, entretanto, no que diz respeito à *evolução* da taxa de desemprego entre 1992 e 2002; apesar de situadas em patamares diferentes, as taxas de desemprego medidas pela PME para as regiões metropolitanas e pela PNAD para todo o Brasil evoluíram de forma semelhante — a taxa medida pela PME passou de 9,7% em 1992 para 13,5% em 2002, enquanto o desemprego nacional medido pela PNAD variou de 7,2% para 9,9% no mesmo período — um crescimento próximo de 40% na taxa nos dois casos [Ramos e Ferreira (2004)].

Os dados da PNAD, com efeito, parecem comprovar essa hipótese. Enquanto para as regiões metropolitanas cobertas pela PME (Gráfico 12) percebe-se uma queda constante da participação dos trabalhadores com carteira assinada no total dos ocupados (com uma recuperação apenas em 2003), no Brasil não-metropolitano o fenômeno não se repete (Gráfico 13). Com efeito, especialmente graças aos últimos três anos cobertos pela pesquisa, aumenta a participação dos trabalhadores com carteira no total dos ocupados — o que responde pela estabilidade dessa participação no total do país.



4 CONCLUSÕES

Os dados aqui apresentados permitem que se faça, a pretexto de conclusão, uma avaliação de algumas hipóteses sobre o mercado de trabalho nos anos 1990 — a saber, a de que a economia não experimentaria forte geração de emprego, a despeito das possíveis variações positivas do produto; e a de que estaríamos enfrentando uma crescente informalização no mercado de trabalho. O que os dados sugerem, contudo, é que nenhuma das duas hipóteses pode ser considerada inteiramente verdadeira.

Com efeito, durante parte da década de 1990, alguns setores, especialmente da indústria, eliminaram fortemente postos de trabalho formais. Os dados do período 2000-2002, entretanto, indicam que, a partir da mudança cambial de 1999, foi recuperada a capacidade de geração de postos formais. Assim, o fenômeno de racionalização do emprego pode ser entendido, ao menos em parte, como um fenômeno conjuntural, e não estrutural.

Por sua vez, a queda da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada se revelou um fenômeno estritamente metropolitano. Durante o período 1992-2002, a participação dos trabalhadores com carteira no mercado de trabalho brasileiro é estável — e não cadente — e sobe a participação dos trabalhadores que contribuem para o instituto de previdência no total dos ocupados.

Assim, o cenário do mercado de trabalho, desconsideradas as hipóteses mais pessimistas, pode se tornar bastante positivo, caso se confirme a entrada do país em um ciclo de desenvolvimento econômico com bases mais sólidas do que os curtos ciclos de crescimento experimentados nas últimas duas décadas.

ANEXO

VARIAÇÕES DO ESTOQUE DE EMPREGADOS CELETISTAS SEGUNDO SETORES, PARA PERÍODOS SELECIONADOS [em %]

Variações	1991-1993	1995-1999	2000-2002
Total	-6,3	8,4	13,1
Extrativa Mineral	-10,7	-21,8	22,3
Indústria de Transformação	-12,3	-7,9	13,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-4,5	-26,7	2,5
Construção Civil	-7,0	-2,1	5,2
Comércio	-7,9	25,5	22,7
Serviços	-5,9	28,7	16,5
Agropecuária	36,5	18,3	9,8
Ignorado			

Fonte: MTE/Rais.

VARIAÇÕES DO PRODUTO SEGUNDO SETORES, PARA PERÍODOS SELECIONADOS [em %]

Variações	1991-1993	1995-1999	2000-2002
PIB Total	5,4	11,5	7,8
Extrativa Mineral	-3,1	25,2	22,1
Indústria de Transformação	4,0	1,6	10,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	12,2	28,8	1,4
Construção Civil	-3,3	10,3	-2,0
Comércio	3,4	7,9	4,7
Serviços	2,4	9,4	7,3
Administração Pública	5,9	7,9	4,2
Agropecuária	6,2	16,8	14,0

Fonte: IBGE/Contas Nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARBACHE, J. S. Informalidade, encargos trabalhistas e previdência social. In: BRASIL/MPS/SPS. *Base de financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas*. Brasília, 2003.
- BARBOSA, F. H. Política monetária: instrumentos, objetivos e a experiência brasileira. In: SAWAYA, R. R. *O plano real e a política econômica*. São Paulo: Educ, 1996.
- CARDOSO Jr., J. C. *Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e os limites do seu sistema público de emprego*. IPEA, 2000 (Textos para Discussão, 751).
- CARDOSO Jr., J. C., FERNANDES, S. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, n. 22, IPEA, out. de 2003.
- CARVALHO, P. G. M. de *et alii*. Salário, emprego e produtividade na indústria brasileira nos anos noventa: notas sobre a evolução regional segundo padrões de especialização. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, São Paulo: Abet, 2003.
- FIGUEIREDO, R., LAMOUNIER, B. *A era FHC*. Cultura Editores, 2002.
- FLIGENSPAN, F. B. Ganhos e perdas no mercado de trabalho do real: uma revisão por posição na ocupação. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, São Paulo: Abet, 2003.
- NERI, M. C. *Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas*. Brasília: MPS, 2003.
- NEVES, L. *et alii*. Comportamento do PIB e geração de emprego no Brasil: uma análise para os anos recentes. *Conjuntura Social*, Brasília, v. 11, n. 2, 2000.
- PAIVA, L. H. Revendo o crescimento da informalidade e sua dimensão previdenciária à luz dos dados da PNAD. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, n. 23, IPEA, maio 2004.
- RAMOS, C. A. O emprego nos anos 90: o regime macroeconômico importa? *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, n. 22, IPEA, nov. 2003.
- RAMOS, L. *A informalidade das relações de trabalho: 1991-2001*. Iets, maio 2002.
- RAMOS, L., FERREIRA, V. *Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002*. IPEA, jul. 2004 (Texto para Discussão, 1.027).
- RIFKIN, J. *O fim do emprego*. São Paulo: Makronbooks, 1997.
- SOARES, S. *et alii*. *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. IPEA, 2001 (Textos para Discussão, 843).